

**RESISTÊNCIA ANTI-NAZISTA NO BRASIL: O MOVIMENTO DOS ALEMÃES
LIVRES EM SÃO PAULO NO CONTEXTO DA II GUERRA MUNDIAL**

WANILTON DUDEK¹

Os debates e pesquisas sobre o fenômeno do nazismo aumentaram consideravelmente durante as últimas décadas. No escopo da discussão, encontramos as mais variadas linhas de pesquisa sobre o tema, atraindo grande número de estudiosos das ciências humanas e sociais. Questões que versam sobre a ascensão do Partido Nazista ultrapassaram as fronteiras da Alemanha, assim como o próprio partido, que durante as décadas de 1930 e 1940 chegou a ter adeptos em 83 países, somando a quantia de 29 mil integrantes espalhados pelo mundo. A clivagem antagônica entre o fascismo e o comunismo trouxe grande instabilidade política, causando impactos profundos na vida cultural do mundo ocidental, adquirindo características regionais particulares, de acordo com o contexto de cada país.

A quantidade e a qualidade dos estudos de tais impactos aumentam a cada década. Porém, em sua maioria, o avanço nazifascista entre imigrantes e descendentes germânicos na América Latina, e seus desdobramentos durante o entre guerras ganhou maior destaque nas pesquisas realizadas. No entanto, as discussões sobre movimentos anti-nazifascistas ainda carecem de mais pesquisas, sobretudo quando diz respeito a atuação desses movimentos no Brasil. Nesse estudo pretendemos analisar o grupo de resistência anti-nazista em São Paulo, denominado Movimento dos Alemães livres, sob a ótica das investigações do DOPS daquele Estado.

Para além da organização interna, o movimento nazista enfrentou resistência na Alemanha. Documentos ainda pouco explorados nos dão conta de que movimentos organizados de alemães anti-nazistas também ocorreram no Brasil e grande parte da América Latina. É na Argentina que a preocupação da historiografia com esses grupos antifascistas tem se mostrado mais contundente. Estudos que originaram teses de doutoramento se tornam cada vez mais numerosos. As pesquisas realizadas nos últimos anos por historiadores argentinos como Adrés Bisso Ricardo Pasolini e German Friedman, contribuem para a investigação, abrindo caminho para os estudos do antifascismo não só na Argentina, mas em toda a América Latina. Enquanto Passolini escreveu sobre o grupo antifascista denominado

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da UPF. Bolsista Capes.



Associação de intelectuais, artistas, jornalistas e escritores (AIAPE) (PASSOLINI, 2008), além de outras instituições similares e Bisso (BISSO, 2005) pesquisou o movimento antifascista *Ação Argentina* (BISSO, 2005), Friedman se concentrou nas pesquisas sobre o movimento de alemães antifascistas do grupo *Das Andere Deutschland* (A outra Alemanha), se tornando grande referência para os estudos sobre o antinazifascismo e a história política e social da Argentina.

O livro de German Friedman, intitulado *Alemanes antinazis em la Argentina* (FRIEDMANN, 2010), é uma versão revisada de sua tese de doutoramento, *Das Andere Deutschland. La otra Alemania en la Argentina: Germanoparlantes antinazis en Buenos Aires, 1937-1948*, defendida na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. Nessa obra o autor procurou compreender toda a atuação do movimento antinazista na Argentina e suas ligações com grupos de intelectuais daquele país. O autor destaca que grupos de alemães e descendentes ligados ao Partido Comunista também se articularam contra as ideias hitleristas entre os imigrantes na Argentina. Friedman buscou organizar um mosaico de ideias que representam o combate ao nazismo dentro de grupos germânicos, onde a intenção do *Das Andere Deutschland* (DAD) era justamente demonstrar que existia uma “outra Alemanha”, que não compactuava com a ideologia nazista. Buscando dessa forma romper com a concepção de que os imigrantes alemães na Argentina formavam uma coesão de ideias e tendências políticas no decorrer da ascensão nazista e os conflitos da Segunda Guerra Mundial.

No Brasil os estudos sobre organizações antifascistas ainda caminham a passos mais lentos. A historiadora Angela Meirelles Oliveira escreveu uma tese dedicada aos estudos dos movimentos antifascistas entre os intelectuais brasileiros, argentinos e uruguaios. A pesquisa defendida na USP, *Palavras como balas: Imprensa e intelectuais antifascistas no Conesul (1933-1939)*, trouxe à luz a discussão sobre a atuação desses grupos no cotidiano da América Latina, mostrando as suas origens, intenções e práticas. Não raro os embates entre integralistas e antifascistas ocorreram no Brasil, seja através de palavras ou pelo uso da força

Nos momentos iniciais da luta antifascista em que se engajaram os intelectuais brasileiros, fica evidente a fragilidade das alianças e a dificuldade em estabelecer ações conjuntas entre as distintas vertentes de esquerda do país. O exemplo mais conhecido de união das forças antifascistas no período foi a “Batalha da praça da Sé”, em outubro de 1934. O confronto armado entre as organizações antifascistas e o integralismo, que realizava constantes marchas e manifestações pela cidade, teve a participação da FUA e de alguns militantes do PCB, e resultou em mortos e feridos entre antifascistas, integralistas e policiais. (OLIVEIRA, 2013: p. 54)



Em muitos casos a luta antifascista nas Américas esteve ligada à grupos esquerdistas. Núcleos de partidos e movimentos ligados à esquerda representavam aqui no Brasil uma tendência mundial de conflitos entre fascistas e comunistas. Mas como a própria autora afirma na introdução de sua tese, a luta antifascista não foi uma exclusividade de grupos comunistas ligados ou da coordenação da Internacional Comunista, foi também um debate amplo que ultrapassou as fronteiras nacionais, estabelecendo diálogos entre países da América Latina e Europa. (OLIVEIRA, 2013 p: 09)

A ampliação das possibilidades de pesquisas sobre cotidiano da participação política, e suas mais variadas formas de ação, ganhou força a partir da Nova História Política. (RÉMOND, 2003) Movimentos informais, cidadãos e poder instituído ganharam visibilidade a partir desses debates teóricos. Ao observarmos as ações de movimentos anti-nazistas, percebemos a natureza política e a ação dos cidadãos ditos “comuns”, longe da esfera estatal, dentro desses grupos.

Movimento dos Alemães-Livres em São Paulo

Grande quantidade de pesquisas sobre a violência física e simbólica implementada contra os alemães e seus descendentes, no contexto do Estado Novo varguista, demonstram a atuação constante da polícia política nas investigações e aplicação da repressão aos considerados “súditos do eixo”. As delegacias paulistas produziram e registraram dezenas de prontuários, que tinham como objetivo vigiar as atividades desses grupos estrangeiros em território nacional. Além das práticas corriqueiras de apreensões aos alemães e descendentes germânicos que exerciam alguma atividade política ligada ao nazismo, os prontuários demonstram que havia também uma preocupação com aqueles que se posicionavam contrários ao modelo nazifascista alemão.

É necessário salientar que, ao trabalhar com documentos produzidos por órgãos oficiais do Estado, temos que manter o cuidado metodológico de entender quais foram as circunstâncias da produção desses documentos, e qual a sua intenção. Quando o DOPS resolve escrever prontuários sobre as atividades antinazistas exercidas pelos alemães e descendentes fica clara a motivação de cunho político, num contexto de guerra, e da tentativa



da construção da imagem do inimigo público da Nação, neste caso representado pelos imigrantes alemães.

No prontuário de número 53569, do dia 02 de fevereiro de 1943, a polícia paulista exibiu um relatório, junto à Secretaria da Segurança Pública, apresentando resultados de investigações acerca do grupo denominado “Alemães Livres de São Paulo”. O grupo tinha sede no centro de São Paulo, situado na Av. São João, número 108, 3º andar, sala nº45, diziam-se “amigos da nobre causa que o Brasil heroicamente defende, e, por isso se uniram a fim de prestar a mais íntima colaboração aos brasileiros que labutam contra a tirania do ditador alemão.” O texto policial afirma que em primeiro momento a organização aparenta ter a intenção de se unir ao povo brasileiro, “como forma de agradecer a sua hospitalidade”, contra as forças do eixo, “na luta contra a desenfreada ambição totalitária”. (DOPS, prontuário 53569: arquivo público de são paulo, folha 1.)

O Brasil das décadas de 1930 e 1940 vivia sob a lógica da desconfiança, onde os “inimigos da brasilidade” eram cotidianamente vigiados pelas autoridades da polícia política, servindo de sustentação ao projeto nacionalista do governo Vargas. Dessa forma, qualquer atividade política exercida por estrangeiros viraram alvo das investigações. Ao observarmos o teor das investigações realizadas junto ao grupo “Alemães Livres”, percebemos a tentativa rotineira de criminalizar movimentos estrangeiros em território nacional.

Segundo Elizabeth Cancelli, os órgãos de polícia chegaram ao ponto de superar o poder do Ministério da Justiça durante a Era Vargas. A Polícia do Distrito Federal controlava diretamente as ações das polícias estaduais. O resultado era o controle efetivo do Presidente da República . Para Cancelli,

O papel da Polícia do Distrito Federal, como braço armado da ditadura instalada por Vargas, fazia parte de uma teia montada pelo regime, em que poderes entravam em choque, mas onde tendia a vencer sempre o sustentáculo do exercício do poder: a polícia, suas perseguições, maquinações e terror. (CANCELLI, 1994: p.32)

Apesar de não ter acontecido nenhuma reforma significativa na estrutura social e econômica do país após a Revolução de 1930, vários movimentos contrários à ordem vigente tiveram um aumento significativo. Desde a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922, o Estado brasileiro concentrou suas ações repressivas na atuação dos movimentos de esquerda. Com a intentona de 1935, Vargas acirrou esta perseguição, sobretudo aos estrangeiros, acusados de trazer uma experiência revolucionária do seu país de origem. De



fato, durante a década de 1930 o comunismo ganhou estigma de inimigo externo contrário aos interesses nacionais. Segundo Elizabeth Cancelli :

Dentre todos os inimigos construídos pelo Estado, os comunistas foram os que mais impulsionaram a ação da polícia, mais justificaram sua existência e mais fortemente serviram à associação mítica coletiva da sua ideologia com obra do demônio.(CANCELLI, 1994: p. 79-80)

Referendando a premissa de que em todos os aspectos da vida social o discurso político se propunha a formar a opinião pública de acordo com o projeto nacionalista, Francisco Campos, defensor do autoritarismo varguista, afirmou que a transformação da

Tranqüila esfera pública do século passado em um estado de delírio ou de alucinação coletiva mediante os instrumentos de propagação, de intensificação e de contágio das emoções, tornados possíveis precisamente graças ao progresso que nos deu a imprensa de grande tiragem, a radiodifusão, o cinema, os recentes processos de comunicação que conferem ao homem um dom de ubiqüidade, e dentro em pouco, a televisão, tornando possível a nossa presença simultânea em diferentes pontos do espaço. Não é necessário o contato físico para que haja multidão. Durante toda a fase da campanha ou da propaganda política, toda a nação é mobilizada em estado multitudinário. (CAMPOS, 1940: p.25)

O efeito causado pode ser notado quando a lei tornou-se mais repressiva. As perseguições contra os alemães encontravam-se legitimadas entre o povo através do discurso político que foi sendo montado durante a Era Vargas. Campos ainda reafirma o caráter irracional da formação da opinião pública. “Nessa atmosfera emotiva seria ridículo admitir que os pronunciamentos de opinião possam ter outro caráter que não seja o ditado por preferências ou tendências de ordem absolutamente irracional.” (idem.)

Nesse sentido, a ação policial estava a todo tempo atrelada a uma concepção política, pressupondo que a atividade dos “Alemães Livres” também representava uma ameaça à Nação. Encontramos esse discurso aparente na documentação por duas motivações: por ser um grupo liderado por “súditos do eixo”; pela possibilidade desse grupo estar ligado ao comunismo.

A prática comum das polícias políticas do período era a de infiltrar investigadores entre os movimentos a fim de obter o maior número de informações. Em relato do investigador identificado apenas como “agente nº59” percebemos a exemplificação do método: “Uma vez designado para tal investigação e gozando de uma oportunidade sem para, pois, como estudante ocupo o cargo de Secretário Geral do Centro Acadêmico São Bento, instituição procurada intensamente pelos alemães, para fins de publicidade ‘Camuflada’, pude



entrar em íntimo contato com os dirigentes dos ‘Alemães Livres’ ”. (DOPS, prontuário 53569: arquivo público de são paulo, folha 2.)

As informações apresentadas pela polícia paulista indicam que o grupo denominado “Alemães Livres” é originário do grupo “A outra Alemanha”. A mudança de nome ocorreu para que a organização fosse legalizada, uma vez que a primeira havia sido proibida pelas autoridades. Sendo assim, o grupo passou a ser dirigido por Carlos Von Lusting, jornalista austríaco que afirmava “descender dos arianos desde o ano 1100, tanto de lado materno quanto de lado paterno”. Foi condecorado duas vezes na Primeira Guerra Mundial, quando recebeu o título de Capitão pelo exército austríaco. Além disso, afirmava ter sido colaborador do jornal “Deutsche Presse”, sendo “um dos mais notáveis jornalistas democráticos da Europa Central, e que luta há vinte anos contra o hitlerismo”.

Carlos Von Lusting veio para o Brasil em 1938, transitando por outros países da América Latina, mantendo contatos com alemães na Argentina. Segundo a DOPS paulista, Lusting era muito próximo de Ernest Bachmann, com quem mantinha extensas conversas na sede do movimento dos “Alemães Livres” com a finalidade de discutir as direções políticas do grupo. Nas investigações, o nome de Bachmann é um dos que mais chama atenção da polícia, pois, segundo o relatório, “Bachmann conheceu Otto Strasser na Europa, um dos fundadores do nacional socialismo alemão, de quem se tornara amigo e fervoroso adepto” (DOPS) Os dois se correspondiam constantemente, inclusive estiveram juntos nos EUA, segundo conversas do próprio Bachmann com um alemão do movimento chamado Sr. Hartmann. Em conversa com Hartmann, Bachmann afirmou o seguinte: “ O que eu faço é ilegal, mas é para o bem do Brasil e do Movimento dos Alemães Livres”. (DOPS, prontuário 53569: arquivo público de são paulo, folha 2.)

Ernest Bachmann era litógrafo, o seu trabalho era receber e decodificar cartas para o movimento. Trocava correspondências com Otto Strasser, e se dizia representante deste no Brasil. Segundo a historiadora Izabela Maria furtado Kestler

O movimento de Otto Strasser retomou suas atividades somente dos anos 1940 sob o nome de Frei-Deutschland (Alemanha livre). É provável que Schwarze Front fosse especialmente hostilizada e perseguida pelos nazistas por alcançar um certo sucesso entre os alemães e seus descendentes. Estes eram, em quase todos os países sul-americanos, em sua maioria nacionalistas, e a Schwarze Front representava, portanto, uma espécie de concorrência no mesmo plano ideológico do nazismo. (KESTLER, 2003:USP)



Em carta enviada para Strasser em 1941, Bachmann agradece o envio da obra intitulada “Hitler e eu”, em versão francesa, a qual ele mesmo se propôs a fazer a tradução para o português e divulgar as ideias anti-hitleristas no Brasil. Afirma ainda ser complicada a comunicação em território brasileiro “qualquer propaganda no Brasil é tão difícil e perigosa, mas eu espero em Deus que um dia Roosevelt, também neste país, resolva abrir o caminho para a luta da liberdade e pela democracia”. Mas adiante, Bachmann revela sentir receio de divulgar as ideias anti-nazistas no Brasil pela proximidade do Brasil com a Alemanha: “A maior parte dos ministros daqui são germanófilos, o que dificulta o nosso trabalho”. (CEPDOC, Arquivo Getúlio Vargas Classificação: GV confid 1941.07.08/3 Data: 08/07/1941)

No relatório policial, a aparelhagem de Ernest Bachmann é descrita como “aparelhos grandes, complicados, ligados por fios elétricos”. Ao que tudo indica, a aparelhagem descrita pelo investigador de polícia servia para decodificar cartas recebidas pelo movimento “Dos alemães livres”, pois em outro trecho do relatório, Hartmann afirma ao investigador disfarçado que “quando Bachmann recebia alguma carta de Otto Strasser, corria para os aparelhos a fim de decifrá-las”. (DOPS, prontuário 53569: arquivo público de são paulo, folha 5.)

Ao que apuramos até aqui, a Polícia de São Paulo elaborou diversas investigações para apurar a atuação do movimento dos Alemães Livres e seus membros sob a ótica da doutrina de segurança nacional aplicada pelo governo varguista através de ações repressivas do Estado. No que se refere ao relatório analisado aqui, a DOPS paulista conclui que esse movimento não tinha por finalidade a luta contra o nazismo, mas sim a propagação dele aqui no Brasil. Em circular assinada pelo Delegado Adjunto da Superintendência de Segurança Política e Social, José Antonio de Oliveria, no dia 23 de fevereiro de 1943, ele afirma

Sinceramente, não acredito em Alemães Livres. Quando muito admitiria alemães anti-hitleristas[...] E conhecendo a psicologia do povo alemão, não acredito na possibilidade da existência de um agrupamento mais ou menos considerável de alemães livres ao ponto de colaborar conosco. É bem possível que se intitulando-se livres, grupos de alemães outra coisa não pretendiam se não captar a confiança e simpatia de nossa gente, para mais facilmente atingir os seus fins.[...] Nestas condições, parece que seria uma providência recomendável apreender-se, para exame metucioso, o arquivo da organização. Desse exame poderia resultar o fechamento da organização de que nos fala o relatório estudado. (DOPS, prontuário 53569: arquivo público de são paulo, folha 7).

A partir dessas análises entendemos que os departamentos do DOPS não conseguia definir exatamente quais eram as intenções desses grupos de alemães anti-nazistas em São



Paulo. Havia duas grandes teses entre a polícia: ou seriam eles comunistas, ou nazistas disfarçados de "alemães livres" para atuarem no Brasil. O fato é que grande parte dos membros desses grupos são intelectuais expulsos da Alemanha, ou mesmo fugidos, que se estabeleceram no Brasil, criando uma rede de alemães, austríacos e suíços anti-nazistas expandindo as ideias de Otto Strasser na América do Sul. Ao que indicam as documentações apuradas até o momento, esses movimentos de alemães anti-nazistas se espalharam por toda a América Latina, criando uma rede de comunicação a fim de tentar combater Hitler, não somente pela luta armada, mas também através das palavras.



Fontes:

DOPS, prontuário 53569: arquivo público de são paulo, Movimento dos Alemães Livres.

CEPDOC, Arquivo Getúlio Vargas. Carta de Ernest Bachmann para Otto Strasser

Classificação: GV confid 1941.07.08/3 Data: 08/07/1941

Referências bibliográficas

BISSO, Andrés. *Acción Argentina: Un antifascismo nacional en tiempos de Guerra Mundial (1940-1946)*. Buenos Aires: Prometeo, 2005.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: UNB, 1994.

FRIEDMANN, Gèrman. *Alemanes antinazis em la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores. 2010.

KESTLER, Izabela Maria Furtado. *Exílio e literatura: escritores de fala alemã durante a época do nazismo*. São Paulo: USP, 2003.

OLIVEIRA, Angela M. *Palavras como balas: Imprensa e intelectuais antifascistas no Conesul (1933-1939)*. São Paulo: USP 2013.



PASOLINI, Ricardo. *El antifascismo como problema: perspectivas historiográficas y miradas locales*. Buenos Aires: UNMDP, 2008.

RÉMOND, René. *Por uma historia política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.